



A COBERTURA JORNALÍSTICA DO LEGISLATIVO: AGENDA DE PESQUISA

THE JOURNALISM 'S LEGISLATIVE COVERAGE: A RESEARCH AGENDA

Vera Chaia*

Resumo: Este artigo tem como objetivo recuperar pesquisas e estudos realizados pela autora sobre essa temática no período de 1992 a 2014, visando analisar o acompanhamento da cobertura jornalística do Poder Legislativo brasileiro. A pesquisa demonstra a importância dos meios de comunicação de massa na política e como a centralidade desses meios influencia e altera o funcionamento da política.

Palavras-chave: Mídia e Parlamento; Mediatização da Política; Imprensa e Democracia.

Abstract: This article aims to recover researches and studies conducted by the author on this topic from 1992-2014 in order to analyze the news coverage of the Brazilian legislature. The research demonstrates the importance of the political monitoring by the mass media and how the centrality of these media influences and changes the political operation.

Keywords: Media and Parliament; Media Coverage of Politics; Press and Democracy.

1 Introdução

A primeira investigação nessa área de pesquisa foi produto do doutorado sobre Jânio Quadros denominado “Liderança política de Jânio Quadros – 1947 a 1991” (CHAIA, 1991). Acompanhei a sua trajetória política de 1947, quando assumiu o cargo de vereador pela cidade de São Paulo, até 1988, quando ocupou a prefeitura da cidade de São Paulo. Jânio sempre utilizou a imprensa como meio para se autopromover, ao mesmo tempo em que mantinha relações conflituosas com os meios de comunicação, pois não aceitava questionamentos e

* Vera Lucia Michalany Chaia, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e a Livre-Docência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicou 29 artigos em periódicos especializados e 20 trabalhos completos em anais de eventos. Possui 19 capítulos de livros, 5 organizações de livros e 2 livros publicados. Orientou 58 dissertações de mestrado e 35 teses de doutorado na área de Ciência Política. Atualmente é professora-associada – PUC/SP. É coordenadora e pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política), do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, do CNPQ e da FAPESP (vmchaia@pucsp.br).

cobranças feitos pela imprensa, próprios de um regime democrático. Ao exercer cargos executivos na política brasileira, Jânio também desenvolveu relações tensas com o Legislativo, tanto que sua renúncia pode ser analisada como uma maneira de se fortalecer e adquirir poderes mais expressivos, visto que mantinha um relacionamento difícil com o Congresso Nacional (CHAIA, 1992).

Em 1992, foi realizada a pesquisa que tinha como objetivo analisar a cobertura política da imprensa paulistana. Partimos da hipótese de que a imprensa estava substituindo os partidos políticos e os vereadores nas suas atividades. A preocupação era compreender a atuação dos jornais que abriam espaço para que leitores reclamassem de certas atividades não cumpridas por órgãos do Executivo municipal e/ou estadual. A imprensa, além de exercer a sua função de serviço público, antecipava-se às autoridades constituídas e fazia a mediação entre os cidadãos — considerados consumidores com direitos, mais do que deveres — e as autoridades constituídas.

Portanto, a investigação sobre “Os partidos políticos e a atuação dos meios de comunicação de massa” (CHAIA e TÓTORA, 1993) demandou um trabalho de coleta de dados na Folha de S.Paulo e em O Estado de S. Paulo, que naquela ocasião haviam criado cadernos especiais sobre a cidade de São Paulo. O jornal O Estado de S. Paulo produziu uma sessão denominada “Seu Bairro”, que tinha como objetivo percorrer todos os bairros da cidade de São Paulo, levantar seus problemas junto à população paulistana e procurar resolvê-los, entrando em contato direto com as autoridades responsáveis pelos setores denunciados pela população.

A pesquisa objetivou demonstrar a importância dos meios de comunicação de massa na política e como a centralidade desses meios influenciava e alterava o funcionamento da política.

Para aprofundar a discussão, resolvemos analisar a cobertura da Câmara Municipal de São Paulo realizada pela imprensa paulistana. Instintivamente, considerava que os políticos e as instituições políticas eram avaliados negativamente pelos meios de comunicação. Havia uma tendência a generalizar os aspectos negativos e pouco se divulgava sobre os aspectos positivos.

Para melhor desenvolver a pesquisa, foi incorporada a hipótese da *agenda setting* e enquadramento. Na avaliação de Fernando Antonio Azevedo,

a ideia-força implícita na noção de *agenda setting* é a de que: (1) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros, define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; (2) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores, estabelece uma escala de proeminência entre esses objetos; (3) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; (4) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período histórico (Azevedo, 2002, p. 11).

Citando Shaw, Mauro Wolf sintetiza a hipótese da *agenda setting*:

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW APUD WOLF, 1994, p. 130).

Para a análise de como são apresentadas as notícias, utilizamos os conceitos de enquadramento, ou *framing*, recuperados por Porto (2004), que cita Gitlin (1980) para explicitar o significado do enquadramento:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7, APUD PORTO, 2004).

Portanto, a pesquisa “Imprensa e Câmara Municipal de São Paulo (1989-1996)” (CHAIA, 1995)¹ analisou o complexo relacionamento entre a imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo nas legislaturas de 1989-1992 e 1993-1996, nos governos de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores - PT) e Paulo Maluf (Partido Democrático Social, atualmente Partido Progressista - PP).

Assim, considerando-se tanto a importância da imprensa para as democracias contemporâneas quanto o poder que ela exerce na formação da opinião pública, pretendeu-se, por meio da avaliação da sua pauta jornalística, estudar a imagem da Câmara Municipal construída através de grandes jornais do estado de São Paulo, analisando a forma de divulgação dos trabalhos do Legislativo municipal e, ainda, a concepção que os vereadores elaboraram a respeito do papel desempenhado pelos meios de comunicação.

A pesquisa mostrou que, entre a Câmara Municipal e a imprensa escrita, estabelece-se uma dupla relação: de tensão e de complementaridade. As tensões entre mídia e parlamentares surgem daquelas posições dos vereadores que consideram que a imagem dos políticos e a do Legislativo transmitida pela imprensa é insuficiente, parcial ou até deturpada. A imprensa, por sua vez, trabalha com a ideia de que o Legislativo está a reboque das ações do Executivo, e as atividades desempenhadas pelos vereadores não correspondem às suas atribuições (CHAIA, 2004a, p. 90-1).

A imagem construída pela mídia, durante o período estudado, é de uma Câmara sem expressão política, levada a reboque pela atuação do Executivo. Deve-se considerar que tal construção é feita sob duas circunstâncias: o agendamento dos temas e o fato de a veiculação das notícias passar pelo crivo pessoal dos jornalistas, que estabelecem seus critérios para consagrar o que é importante para a população da cidade de São Paulo. O princípio que norteia a seleção das notícias é o sensacionalismo, o que causa impacto (CHAIA, 2004a, p. 92).

³ “Imprensa e Câmara Municipal de São Paulo (1989-1996)”, pesquisa financiada pelo CEPE/PUC-SP – 1995-1996 e pelo CNPq – 1997-1999.

No final de 1998 um caso político movimentou a política paulistana, alcançando repercussão nacional: a “Máfia dos fiscais”, ou “Máfia da propina”, denominações criadas pela mídia e reforçadas pelo significado do caso, que envolvia a formação de uma rede de influências e de corrupção. A pesquisa “Escândalos políticos e mídia: alguns casos da vida política brasileira” (CHAIA, 2004a)² compreendeu a descoberta de uma rede que abrangia fiscais das administrações regionais da prefeitura de São Paulo, vereadores, secretários de governo, empresas municipais e privadas, contratadas pelo governo municipal, atingindo o prefeito Celso Pitta (1997-2000). Com esse estudo, agregou-se um novo conceito que orientaria a pesquisa: escândalos políticos.

Para abordar estes escândalos políticos que apareceram e ganharam destaque na mídia brasileira, adotaremos um enfoque que privilegia a teoria social dos escândalos analisada pelo sociólogo inglês John B. Thompson, em seu livro sobre “Escândalo Político – poder e visibilidade na era da mídia”, onde analisa escândalos políticos que envolvem corrupção, quebra de decoro parlamentar e escândalos sexuais (CHAIA, 2004a, p. 94).

Esse escândalo ganhou amplitude e abrangência, envolvendo não só os fiscais — primeiro elo da corrente —, mas também secretários, vereadores e o prefeito. O Ministério Público e a polícia estadual formaram uma “força tarefa” visando investigar esse escândalo político. Testemunhas apareceram para corroborar com esses setores, e a própria mídia adotou uma postura de um jornalismo investigativo, contribuindo para incrementar as provas, necessárias para subsidiar os setores responsáveis pelas investigações. O escândalo é aquele fenômeno que se traduz em ações que podem afetar a reputação de pessoas, ações ou eventos, supondo a existência de transgressões a valores, ou códigos morais, que são levadas ao domínio público e que provocam reações. Os escândalos devem ser qualificados dependendo da sociedade em questão, pois valores e normas variam dependendo do contexto sociopolítico (THOMPSON, 2000).

O escândalo começou a ser desvelado em dezembro de 1998 e se estendeu, com consequências, até final do ano 2000. Antigas irregularidades das gestões de Paulo Maluf (1992-1996) e de Celso Pitta (1997-2000) foram investigadas pelo Ministério Público e polícia estadual.

A coleta de dados para a pesquisa foi realizada junto aos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo durante o final de 1998 até agosto de 2000. Também acompanhamos a repercussão pelo telejornal SP-TV, da Rede Globo, que exerceu um papel fundamental na “descoberta” do segredo, e pela Rádio Eldorado, que estabeleceu um *link* de acompanhamento na Câmara Municipal de São Paulo e que foi responsável pela divulgação da denúncia.

² “Escândalos Políticos e Mídia: alguns casos da vida política brasileira”, pesquisa financiada pelo CNPq – 1999-2001. No livro citado incorporei a pesquisa sobre a Imprensa e Câmara Municipal e a pesquisa “Casos de Escândalos Políticos”.

No ano 2000, coordenamos o Projeto Temático, financiado pela Fapesp, “Mídia, Campanha Eleitoral e Comportamento Político em São Paulo” (CHAIA et al., 2002)³. Nos casos específicos da PUC-SP e do Neamp, tivemos como preocupação analisar a cobertura do telejornalismo e do rádio-jornalismo locais nas eleições municipais de São Paulo em 2000 e nas eleições estaduais em 2002. O objetivo era discutir, entre outros aspectos, a relação da mídia com os processos políticos e eleitorais e a formação da agenda da mídia e da agenda pública nas campanhas eleitorais.

A desmoralização da política pôde ser percebida em alguns aspectos. O mais evidente nessa eleição de 2002 foi, no caso do rádio-jornalismo, a crítica que as emissoras fizeram ao Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral (HGPE), considerado uma imposição autoritária e um circo, onde tudo o que se passava era apenas encenação, generalizando todos os candidatos na figura de mentiroso.

A Rádio Eldorado criou, no começo de 1999, um prêmio denominado “Troféu Cara de Pau” (CHAIA, 2001), que se constituía num concurso para eleger o “Cara de Pau do Ano”, o “Oscar da Baixaria”. Os escolhidos foram autoridades públicas que ocupavam cargos políticos. O objetivo era “premiar” as autoridades políticas que mais se destacaram negativamente. O grupo Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo e dessa emissora de rádio, lançou um concurso crítico ao nosso sistema político e aos políticos de modo geral. A explicação para o lançamento da campanha foi transmitida na rádio por meio de um edital:

A Eldorado está lançando mais um prêmio. Desta vez para “homenagear” as maiores baixarias de nossas autoridades. Todo mês a Eldorado vai selecionar os maiores casos denunciados pela imprensa naquele período. Os ouvintes votam e escolhem aquele que conseguiu superar os outros em termos de escândalos ou propostas... No fim do ano teremos doze semifinalistas, então, em dezembro, numa ampla votação através da Eldorado, da internet e de anúncios na imprensa, você, ouvinte, se vinga escolhendo pelo voto aquele que merece o título de “Cara de Pau do Ano”. E abrimos desde já a votação. Para janeiro e fevereiro nossa sugestão é, anota aí: Itamar Franco, campeão mundial da obtusidade por motivos óbvios; FHC, porque disse que o governo dele seria o governo da previsibilidade – para provar nos brindou com três presidentes do Banco Central em menos de um mês; Nicéa Pitta, que propôs, no início, um projeto para arborizar a várzea do Tietê e, no fim, premiou um projeto que pretende criar enseadas nas margens daquele esgoto e também, pasmem, marinas, garagens de barcos; nossa outra sugestão é os vereadores de São Paulo – eles concorrem coletivamente na categoria “preguiça endêmica”; e finalmente nosso aberrante sistema político, que, entre outras sandices, contempla a figura da impunidade total dos parlamentares, o que permite que pessoas como o senhor Talvane Albuquerque, principal suspeito de ser o mandante do assassinato da deputada Ceci Cunha, ou o carrasco Adriano, acusado de 30 crimes de morte em Hilbrando Nogueira, sejam diplomados deputados federais. Faça sua escolha; o primeiro prêmio Cara de Pau está lançado. O fax da Eldorado para seu voto é 254-6888. Os resultados serão divulgados ao final de cada mês (Rádio Eldorado, SP, 12/02/99).

³ “Mídia, Campanha Eleitoral e Comportamento Político em São Paulo”, projeto temático financiado pela Fapesp, realizado em conjunto com os professores Rachel Meneguello (Unicamp), Fernando Antonio Azevedo (Universidade Federal de São Carlos) e Rogério Schmitt (USP) – 2000-2004.

A Rádio Eldorado escolheu os políticos a serem criticados e selecionou alguns exemplos de escândalos. Optamos por estudar esse programa, pois queríamos analisar o comportamento desse meio de comunicação como propulsor de representações negativas de políticos e do sistema político de modo geral.

Concomitantemente a essa pesquisa, trabalhamos com a temática das “Eleições em São Paulo no ano 2000-2002: a cobertura dos telejornais locais”⁴. O objetivo foi analisar a campanha eleitoral e os temas trabalhados pelos telejornais locais. Um aspecto que pode ser problematizado é a distinção e a aproximação entre os gêneros jornalísticos “jornalismo cívico” e “jornalismo comunitário”. Em princípio, são conceitos distintos, já que o cívico envolveria a noção de uma atuação mais voltada à sociedade, enquanto a noção de comunitário reportaria à atuação restrita a uma comunidade. Do ponto de vista do jornalismo cívico exercido nos Estados Unidos – e representado pela atuação da organização Pew Center for Civic Journalism –, uma atuação mais voltada à atuação do jornalista como um “missionário” que considera o jornalismo uma “missão”. A ideia surgiu a partir de um grupo de jornalistas americanos que se declararam insatisfeitos com o jornalismo vigente. Eles propuseram uma prática diferenciada e que se baseava em algumas ideias que norteavam esse projeto político: dar voz ao “homem comum”, para que pudesse expressar suas reivindicações e reclamações sobre questões que envolviam o cotidiano; possibilitar que estes homens comuns encontrassem, assim, caminhos alternativos para resolver os problemas de sua comunidade. Essa prática jornalística se identificava com o jornalismo comunitário, pois suas ideias e seus experimentos foram implementados e realizados em comunidades, sejam bairros, sejam áreas mais restritas de uma cidade.

Além dessa concepção de jornalismo cívico, também se utiliza o conceito de “*public journalism*”, ou “jornalismo público”, para identificar um jornalismo “chapa branca”, ligado às esferas do poder. Na avaliação de Martins (2002), a aceção mais adequada para caracterizar esse gênero de jornalismo é o “jornalismo cidadão”, ou “jornalismo comunitário”, muito próximo aos objetivos políticos e educativos do “jornalismo cívico”.

A Rede Globo programou, para todas as suas afiliadas, uma série especial sobre as Eleições 2000⁵, com o objetivo de discutir questões gerais, como a importância do voto, problemas das cidades, corrupção, papel dos vereadores e do prefeito. A série foi retransmitida no horário dos telejornais locais. No caso específico de nosso estudo, analisaremos o “SP-TV” 1ª e 2ª edições.

Já a pesquisa “Eleições municipais de 2004: a cobertura jornalística do “SP-TV” da Rede Globo”⁶ teve como objetivo acompanhar a cobertura jornalística das eleições municipais

⁴ Eleições em São Paulo no ano 2000-2002: a cobertura dos telejornais locais – CNPq, período de 2002 a 2004.

⁵ Todas as informações da série especial foram retiradas do *site* da Central Globo de Jornalismo veiculadas durante o período das eleições municipais de 2000.

⁶ Eleições municipais de 2004: a cobertura jornalística do *SP-TV* da Rede Globo – CNPq, período de 2004 a 2007.

de 2004 na cidade de São Paulo através do telejornalismo local da Rede Globo, também priorizando os telejornais “SP-TV” 1ª e 2ª edições.

Nessas eleições, a Rede Globo também produziu uma série especial, porém com uma estrutura diferente da de outros anos: o eleitor podia fazer perguntas aos principais candidatos à prefeitura de São Paulo. Os problemas da cidade eram apresentados como introdução à matéria jornalística e, depois, os candidatos apareciam, respondendo à pergunta do eleitor. Partia-se do pressuposto de que as outras séries, apresentadas em 2000 e 2002, já haviam trazido um aprendizado político aos eleitores. Agora eles deveriam falar por si mesmos.

A série especial geralmente começava com a seguinte frase: “O eleitor quer saber o que o futuro prefeito vai fazer para...”. As questões apresentadas no telejornal diziam respeito a vários aspectos que mereciam atenção por parte do(a) próximo(a) prefeito(a): plano para os professores; plano para acabar com os congestionamentos da cidade; como criar e preservar áreas verdes; como recuperar o centro da cidade; como resolver os problemas de moradia; como combater a violência; como ajudar os moradores de rua; propostas para o saneamento; novo papel da Guarda Metropolitana Municipal.

A Central Globo de Jornalismo adotou essa linha editorial no espírito do conceito de *civic journalism*, ou, em nossos termos, um “jornalismo comunitário”, que incentivava, estimulava e ensinava o cidadão a ser mais responsável pelos seus atos políticos. A seleção dos temas trabalhados e a escolha dos personagens políticos mostrados na série seguiram uma diretriz de busca de consenso, de conscientizar os cidadãos e de envolvê-los emocional e racionalmente na vida política brasileira.

Conforme relatado, essas séries foram retransmitidas no horário dos telejornais locais, com matérias que apresentaram a importância das eleições na vida dos cidadãos brasileiros e externaram a preocupação da emissora em orientar o eleitor, considerando o voto como o instrumento mais poderoso de uma democracia. As mazelas da política e dos políticos foram apresentadas nessas séries como resultado da má escolha do eleitor, o qual era responsabilizado pela conduta do mau político. Neste sentido, a democracia representativa é exaltada como a arma fundamental para consolidar as experiências democráticas do povo brasileiro.

No artigo “Democracia e escândalos políticos” (CHAIA E TEIXEIRA, 2001), objetiva-se estudar alguns escândalos surgidos no cenário político brasileiro (como os casos da violação do painel de votação do Senado Federal e das denúncias de corrupção no Banpará, Sudam e TDAs), bem como compreender as determinantes dos escândalos repercutidos pela mídia, analisando as consequências desses fenômenos para a política brasileira.

No caso da violação do painel do Senado, ficou claro que foi sua visibilidade pela imprensa que deu a ele o status de Escândalo Político. Enquanto o assunto esteve confinado aos corredores do Senado, parecia ser mais uma das “compreensíveis” atitudes de um presidente da casa (Antonio Carlos Magalhães) que já estava habituado a dirigi-la como se fosse um órgão de sua propriedade. Parece que, até o momento em que o caso não havia chegado a público, os próprios senadores não o consideravam uma falta grave (CHAIA E TEIXEIRA, 2001, p. 73).

Neste sentido, o artigo lembrou que, na tentativa de ACM de revelar alguns “segredos” comprometedores da reputação de personalidades públicas – por ter se sentido preterido pelo governo federal na distribuição de recursos públicos e no controle do comando do Senado – essas questões ganharam repercussão na imprensa, e o Ministério Público teve um papel fundamental na mobilização da opinião pública. Coube aos meios de comunicação e ao Ministério Público ocupar um espaço vazio entre a arena política e a sociedade.

O artigo “O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004)” (CHAIA E AZEVEDO 2008) visou analisar como a agenda do Senado Federal foi reproduzida e discutida nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo. O período de análise delimitou-se a todos os editoriais publicados entre janeiro de 2003 e agosto de 2004 – primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os editoriais dos dois jornais cobriram vários temas e assuntos políticos, econômicos, sociais, científicos e tecnológicos que transitaram no Senado federal durante os anos aqui analisados. Direta ou indiretamente, esses editoriais produziram uma imagem do Senado e do Congresso Nacional a partir do enquadramento que as duas instituições receberam nesses textos. Em termos comparativos, O Estado de S. Paulo publicou mais editoriais sobre a Câmara Alta do que o seu concorrente. Vários temas – como não poderia deixar de ser – foram compartilhados pelos dois periódicos, e muitas vezes as opiniões coincidem, embora seja claro que o Estadão apresente um posicionamento mais conservador do que a Folha em diversas questões. Entretanto, quando se observa a posição dos dois jornais em relação ao parlamento e à atividade dos senadores e deputados, nota-se que esses órgãos compartilham uma visão negativa, que se expressa nas críticas ao fisiologismo, ao absentefismo, à infidelidade partidária, ao troca-troca de legendas e a determinados comportamentos morais e éticos considerados reprováveis. Nesse sentido, tanto a Folha como o Estadão terminam reproduzindo uma imagem negativa do Congresso Nacional e de suas duas casas deliberativas a partir da análise do desempenho individual dos parlamentares (CHAIA E AZEVEDO, 2010, p. 134-5).

A pesquisa “As novas formas de participação política e as comunidades *on line*: um estudo do Orkut” (CHAIA, 2007)⁷ teve como objetivo analisar as novas formas de participação que se manifestaram nas comunidades virtuais por meio do Orkut. Foram analisadas as comunidades políticas em períodos eleitorais, especificamente as eleições presidenciais de 2006. Várias comunidades se formavam diariamente nesse espaço virtual, entre as quais

⁷ “As novas formas de participação política e as comunidades *on line*: um estudo do Orkut”, financiada pelo CNPq, período de 2006 a 2010. O *site Orkut* foi excluído das redes sociais em setembro de 2014.

destacamos as comunidades políticas, que discutiam desde temas importantes, como a reforma política, até comunidades que circulam em torno de políticos, como “Eu amo Serra”, “Eu odeio o PSDB”, “Eu odeio Lula”, “Casa da Mãe Joana” etc. As abordagens foram muito diferenciadas, bem como o perfil dos membros dessas comunidades, que abrangiam desde jovens de 15 anos como também pessoas de faixas etárias mais elevadas, que podiam desestabilizar as discussões. Tratava-se de um universo aberto, repleto de possibilidades que se apresentavam ao pesquisador no estudo do espaço virtual.

No artigo “‘Voto limpo’: atores e protagonistas na campanha pela soberania popular” (CHAIA, VARGAS E FERNANDES, 2014 [prelo]), são analisadas as propagandas institucionais do Tribunal Superior Eleitoral veiculadas durante a campanha eleitoral de 2012. Naquelas eleições vigorava a “ficha limpa”, criada por iniciativa popular e com o objetivo de coibir a inscrição de políticos comprometidos com crimes políticos e eleitorais. Desse modo, a “ficha limpa mantém as prerrogativas de (in)elegibilidade para políticos condenados na Justiça, mesmo sem decisão final, e para os que renunciaram ao cargo para escaparem de cassações” (CHAIA, VARGAS E FERNANDES, 2014 [prelo], p. 7). As propagandas culpabilizavam novamente o eleitor por votar em políticos com “ficha suja”.

Ao analisar a campanha do TSE, denominada “Voto Limpo”, o texto evidenciou a responsabilização do eleitor pela escolha de candidatos idôneos, ressaltando os novos atores, ao lado da Justiça Eleitoral, a auxiliar no aperfeiçoamento da democracia (CHAIA, VARGAS E FERNANDES, 2014 [prelo]), p. 18).

E, ainda, no artigo “Governança urbana, política pública e gestão metropolitana” (CHAIA E CÂMARA, 2015 [prelo]), escrito com a preocupação de analisar a região metropolitana de São Paulo (RMSP) e a relação com os deputados estaduais eleitos na 16ª Legislatura, de 2007 a 2010, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), trabalhamos com a constituição da RMSP e a dificuldade para se pensar um projeto coletivo que abrangesse os 39 municípios dessa região. Apontamos a predominância da atuação individual dos prefeitos e dos deputados estaduais. Onze deputados estaduais foram selecionados para a nossa amostra, todos com votação majoritária na RMSP (ABC, Grande ABC, capital e Grande São Paulo). Analisamos os projetos de lei, emendas⁸ parlamentares e indicações.

2 Conclusão

Enfim, o tema da cobertura jornalística do Legislativo e os estudos voltados a esse poder são inesgotáveis. Possibilidades se abrem, e novas formas de reflexão permitem afirmar que o Poder Legislativo é um dos poderes mais estudados e mais criticados. O estudo do relacionamento entre os poderes é essencial, pois os limites do Legislativo também são resultado dos percalços desse poder em face da predominância do Poder Executivo e do

protagonismo atual do Poder Judiciário.

O desconhecimento das atribuições e dos limites institucionais do Congresso Nacional por parte da sociedade é grande, e cria-se uma expectativa que é frustrada devido aos limites do trabalho parlamentar nessa casa legislativa.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. In: RUBIM, A. A. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

_____. **Agenda-Setting**. Paper, 2002.

CHAIA, Vera. Internet e eleições: as comunidades políticas no Orkut nas eleições de 2006. **Logos**, on line, Rio de Janeiro, v. 27, 2007.

_____. O jornalismo cívico na Rede Globo de Televisão. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, v. 737, 2006.

_____. **Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker, 2004a.

_____. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil** – ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, São Paulo, 2004b.

_____. O troféu “Cara de Pau” da Rádio Eldorado. Revista **Opinião pública**, Cesop/Unicamp, v. 7, n. 2, nov. 2001.

_____. A imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo. **Revista de Ciências Humanas** (UFSC), Florianópolis, v. 13, n. 17, 1995.

_____. **A liderança política de Jânio Quadros — 1947-1990**. Ibitinga: Humanidades, 1992.

_____. **A liderança política de Jânio Quadros — 1947 a 1990**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 1991.

CHAIA, Vera; CÂMARA, Marcelo Barbosa. Governança urbana, política pública e gestão metropolitana. In: BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (Orgs.). **Transformações da ordem urbana**. São Paulo: Observatório das Metrôpoles, 2015 [no prelo].

_____; CHAGAS, G.; FERNANDES, Carla M. “Voto limpo”: atores e protagonistas na campanha pela soberania popular. **Revista da COMPÓS**, 2014 [no prelo].

_____; AZEVEDO, Fernando A. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas. In: MENEGUELLO, Rachel (Org.). **O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 35-62. v. 1.

_____; _____. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 105-36. v. 1.

⁸ As emendas em questão dizem respeito ao orçamento do Governo do Estado de São Paulo.

____ ; ____ . O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). Revista **Opinião Pública**, Unicamp, v. 14, 2008.

____ ; MENEGUELLO, R.; AZEVEDO, F.; SCHMITT, R. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral. In: SILVEIRA, Flavio (Org.). **Estratégia, mídia e voto** – a disputa eleitoral de 2002. Porto Alegre, Editora da PUC do Rio Grande do Sul, 2002.

____ ; TEIXEIRA, Marco Antonio C. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.1, 2001.

____ ; TÓTORA, Silvana. Democracia e participação popular: a imprensa de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva** (impresso), v. 7, 1993.

FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A.; DIAS, H.; JORGE, W. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Revista Opinião Pública**, Campinas, Cesop/Unicamp, v. IV, n. 3, nov. 1997.

MARTINS, Luiz. Civic Journalism – Um gênero que o Brasil começa a conhecer. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 29 maio 2002.

PORTO, Mauro P. Enquadramento da mídia e política. In: RUBIM, A. A. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SCHAFFER, Jan (2002). Civic Journalism: a decade of civic innovation. Disponível em: <http://www.pewcenter.org>. Acesso em: 13 set. 2002.

SHAPIRO, Robert Y. et al. Influência da mídia no apoio a candidatos à Presidência em eleições primárias: teoria, método e evidência. Revista **Opinião Pública**, Campinas, Cesop/Unicamp, ano II, v. II, n. 1, jun. 1994.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

____ . **O escândalo político** – poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

Artigo recebido em: 09/12/2014

Artigo aceito para publicação em: 09/03/2015